

## REFLEXOS DE TORDESILHAS NUMA NOTA ANTIPTUGUESA DE PEDRO MÁRTIR DE ANGHIERA

Em 1530 veio a público, em Alcalá, nos prelos de Miguel de Eguía, um volume impresso em caracteres góticos, intitulado *De Orbe Nouo Decades*, do humanista italiano Pedro Mártir de Anghiera<sup>1</sup>. A obra, com um prefácio de Élio António de Nebrija, anunciava-se ao leitor como uma exposição apologética das viagens de Cristóvão Colombo, que haviam trazido aos meios cultos europeus as notícias de um novo mundo, no quadro da expansão castelhana no tempo dos Reis Católicos. Tanto pelos pressupostos ideológicos que essas viagens implicavam, como pelo significado do patrocínio de Nebrija, que interpretava enfaticamente a vocação imperial castelhana, como ainda pelo facto de apelarem para a concepção clássica de tratado historiográfico, as oito décadas do *De Orbe Nouo* tornaram-se uma obra muito conhecida nos meios cultos europeus.

Pedro Mártir veio para a Península em 1488, trazido talvez pela protecção concedida a humanistas por parte dos Reis Católicos. Assim sucedeu com um outro italiano, Lúcio Marineu Sículo, cujo *Opus de rebus Hispaniae memorabilius* sairá dos mesmos prelos em 1533. Um conterrâneo deste

---

<sup>1</sup> Em 1511, em Sevilha, saiu a I década de Pedro Mártir, juntamente com outras obras, como os «Poemata» e os «Epigrammata»; trazia então o título de *Oceani Decas*. No entanto, desde 1504 Anghiera vinha fazendo circular textos sobre as navegações peninsulares. Em 1516 sai em Alcalá um volume *in folio* com as três primeiras décadas do *De Orbe Nouo*, que dará origem a uma tradução francesa em 1532 e a uma inglesa em 1555. As restantes décadas, que foram sendo escritas até 1525, saem em 1530, com os textos preliminares das edições precedentes, como a dedicatória de 1516 ao futuro Carlos V e a apresentação de Nebrija a chamar a atenção para o conteúdo dos «opuscula» do seu amigo, «iucundissima lectu, necessaria cognitui, atque ad nostrarum literarum usus maxime conducibilia» (fo. aii r<sup>o</sup>).

último, Cataldo Sículo, veio para Portugal chamado por D. João II. Um traço comum a estes humanistas é a sua colaboração numa tarefa que os monarcas de ambos os lados da fronteira procuraram incrementar: a elaboração de textos que apoiassem a difusão internacional, isto é europeia, de uma literatura de propaganda em latim centrada na apologia da «conquista» determinada por motivos religiosos<sup>2</sup>. Tanto do lado castelhano como do português, a ideia da expansão da fé para terra de infiéis ou, depois, para novas terras transformou-se, durante um longo período, no argumento considerado mais legítimo e persuasivo para a justificação, junto de um auditório cristão ainda profundamente marcado pela ideia de cruzada, de um expansionismo ligado à exploração marítima.

O próprio Pedro Mártir, na dedicatória do *De Orbe Nouo*, procura suggestionar o leitor com a força de tal ideia, confessando, em registo autobiográfico, que a sua vinda para a península ibérica se deveu à atracção exercida pela fama das guerras de Granada. Como escreve na *Década VII*, cap. VI: «Bellorum Granatensium fama excitatus in Hispaniam me contuli...». Libertada a Hispânia dos Mouros, como diz também na dedicatória inicial («Purgata, stratis hostibus, Hispania, Mauroque malo gramine extirpato...»), pensou regressar a Itália, mas os monarcas castelhanos não o deixaram partir. Aqui ficou, pois, radicado, tendo desempenhado um papel fundamental na divulgação das notícias sobre as viagens em direcção ao Atlântico ocidental<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> Mas também lhes foi confiada uma função mais prosaica: a de perceptores de altas figuras. Foi o caso de Cataldo entre nós; quanto a Pedro Mártir, deve ter ensinado latim a Alfonso e Juan de Valdés. Ambos os italianos se afirmam também como poetas novilatinos. Aliás, falta saber o que seriam as crónicas para as quais Cataldo, em carta a Martim de Sousa, solicita o fornecimento de dados «vt diffusius in patriae laudes et in bonorum virorum memoriam pro Iesu Christo pugnantium portugalsibus chronicis (vt caetera) possim fideliter accumulare» (SÍCULO, Cataldo Parisio — *Epistolae et Orationes*, ed. de Américo da Costa Ramalho, Coimbra, 1988, fo. g[vi] v°); do texto ressalta claramente a intenção apologética desse projecto. Além disso, nos meios de corte apreciava-se em particular a dimensão individual da «conquista»: cfr. os versos de António Barreto:

«Escreuerem coronistas  
pera ler muito nos val,  
mas é fala das conquistas,  
trelado sem oreginal»

(Cfr. RESENDE, Garcia de — *Cancioneiro Geral*, ed. de Aida Fernanda Dias, I, Lisboa, 1990, p. 305).

<sup>3</sup> Cfr. COCHRANE, Eric — *Historians and Historiography in the Italian Renaissance*, Chicago, 1981, p. 339.

Deixemos, porém, estes aspectos mais factuais e atentemos num dado essencial: Pedro Mártir evoca como motivo da sua vinda para a península ibérica o facto de aí estar em curso uma larga campanha guerreira, dirigida por monarcas cristãos contra os Mouros. Significa isto que inscreve a sua decisão no contexto da mentalidade e da sensibilidade actuais profundamente marcado pelos quadros ideológicos da ficção cavaleiresca, largamente difundidos não só pela literatura, de que se alimentavam os círculos cortesões, como também por diversos aspectos sociais que se mantinham actantes em finais do séc. XV.

Para além do interesse suscitado nos meios cultos, graças às informações que divulgavam sobre terras e povos dados a conhecer por Colombo, estimuladoras de uma curiosidade intelectual e cultural polarizada em torno da ideia de «utopia», as *Decades* reflectem também o ambiente visionarista que caracterizou as motivações colombinas de busca de um acesso ocidental à Índia, por forma a alcançar a fonte do «ouro» das especiarias por via diferente da procurada pelos portugueses. A ideia era sedutora para a coroa castelhana e é bem conhecida a apreensão manifestada por D. João II quando recebeu o navegador no regresso da sua primeira viagem às Antilhas. O facto de trazer consigo um indígena com características distintas das daqueles que normalmente eram trazidos das costas africanas provocou profunda preocupação no rei português, a ponto de ter pensado numa retaliação, ordenando que se preparasse uma armada sob o comando de D. Francisco de Almeida, para ir afirmar a soberania e os direitos portugueses àquelas partes da suposta «Índia». Os receios foram acalmados depois da audição de Colombo pela equipa de peritos por ordem do monarca português, mas o problema persistia e a diplomacia dos dois países procurava encontrar uma solução aceite internacionalmente, o que sucederá em 1494<sup>4</sup>.

De um lado e do outro da fronteira valorizou-se uma linguagem de cariz polémico e até depreciativo, de que a obra de Pedro Mártir se reflecte claramente. Assim é que, se a propaganda castelhana buscava evidenciar o feito de

---

<sup>4</sup> O episódio vem narrado por João de Barros no cap. XI da *Primeira Década da Ásia*, ed. de António Baião, Coimbra, 1932, p. 113. Há que ter presente que o tratado assinado pelos delegados de ambos os monarcas em Junho de 1494 em Tordesilhas beneficiava de um conjunto de outros instrumentos diplomáticos, de que se devem destacar o acordo de Almeirim em 1432 e o tratado de Alcáçovas em 1479, que de facto preparou o terreno para uma estabilidade entre as duas potências peninsulares na passagem do séc. XV para o séc. XVI; cfr. SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luiz — *Relaciones Hispano-Portuguesas en torno a 1488*, «Actas do Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época», I, Porto, 1989, p. 65s.

Colombo, do lado português acentuavam-se traços menos prestigiantes da sua figura. Rui de Pina diz dele que era «de sua condiçam hum pouco alevantado», excedendo-se «no recontamento de suas cousas»<sup>5</sup>; mais longe vai João de Barros, que tinha uma visão de conjunto da história do reino bem mais alargada, ao ridicularizar a figura de Cristóvão Colombo, acentuando o seu visionarismo: apesar de ser «hómem latino e curiôso em as cousas da geographia», «lia per Marco Paulo», apregoando ter descoberto as tão desejadas Índias «e com este desengano espedido elle del rey [D. João II] se foy pera Castella, onde tambem andou ladrando este requerimento em a corte del rey dom Fernando, sem o querer ouvir»<sup>6</sup>.

No entanto, a experiência recente das relações entre os dois estados, depois de Aljubarrota e das campanhas de D. Afonso V<sup>7</sup>, mostrava que a solução armada não seria adequada. Por isso se privilegiaram os compromissos políticos e diplomáticos, sobretudo os garantidos pelos laços de matrimónio e de parentesco régio, que aproximaram fortemente as linhagens dinásticas. E os humanistas que, como Pedro Mártir, estavam em condições de, pela sua proximidade, observar os meandros da política régia, podiam salientar a importância destes mecanismos nas relações internacionais<sup>8</sup>. Por isso Pedro Mártir põe em evidência que o parentesco entre Isabel a Católica e D. João II facilitou a solução pacífica para a questão suscitada

---

<sup>5</sup> PINA, Rui de — *Crónica de el-Rei D. João II*, ed. de Alberto M. de Carvalho, Coimbra, 1950, p. 184. Nesse cap. LXVI, Pina limita-se a aludir aos pareceres dos que, do lado português, propunham uma atitude muito mais dura para com o Almirante, incluindo a hipótese do assassinato; é mais do que certo que tais opiniões fossem do conhecimento dos meios políticos castelhanos e que Anghiera deles ouvisse falar; a animosidade que vai evidenciando contra os portugueses pode, também, ter-se fundado nisso.

<sup>6</sup> *Primeira Década*, p. 112 e p. 113. Entre os peritos contava-se D. Diogo Ortiz, Bispo de Ceuta, que conhecia bem a personalidade de Colombo e os meios culturais que o marcaram mais profundamente.

<sup>7</sup> A intervenção militar de D. Afonso V a favor de presuntiva filha de Henrique IV, D. Joana, articula-se com a instabilidade interna no reino de Castela e com as pretensões do lado aragonês, estas por sua vez ligadas ao problema do domínio das rotas da Guiné, com o atractivo dos negócios ligados ao ouro. Não será de todo estranho a esta problemática que, nas festas de Évora de 1490, um dos entremeses representados durante o banquete na sala da madeira pusesse em cena a figura do negro da Guiné como incluído nos domínios do rei português; isto perante os dignatários castelhanos que haviam acompanhado D. Isabel, como Garcia de Resende tem o cuidado de acentuar.

<sup>8</sup> O *Opus Epistolarum* de Anghiera, publicado em Alcalá também em 1530 é, com as suas 800 cartas, um claro exemplo disso.

pelas viagens de Colombo<sup>9</sup>, do mesmo modo que mais tarde procederá João de Barros a propósito da interpretação da linha divisória fixada em Tordesilhas quando surgiu a questão das ilhas Malucas.

A emulação entre as pretensões e interesses das duas coroas peninsulares constituía, nos anos em que Pedro Mártir foi elaborando o *De Orbe Nouo*, um factor constantemente activo, embora se possa considerar que no reinado de D. João III isso é menos visível<sup>10</sup>. Tal rivalidade emerge à superfície dos textos de vocação mais apologética e propagandística; é que, de um lado e do outro, sectores havia que apostavam numa união de ambas as coroas, num momento de oportunidade histórica cuja percepção era bem sensível. Tinham-se visto as tentativas de D. Afonso V<sup>11</sup>; ver-se-ão, cem anos depois, os êxitos de Filipe II. Mas de permeio estava o movimento enaltecedor do futuro Carlos V, com a uma divisa «Plus ultra» de que um médico amigo de Anghiera fora o autor<sup>12</sup>. Ora de 1516 é a dedicatória que acompanha a edição de 1530; em 1517, Carlos partiria da Flandres para Espanha, trazendo consigo um interesse renovado pela ideia de expansão e grandiosidade de

---

<sup>9</sup> Cfr. *Década II*, cap. VIII, fo. xxxiii r<sup>o</sup>. É bem sabido que as bodas de finais de 1490, em Évora, foram marcadas por um fausto carregado de intencionalidade política, segundo se pode ver pelos relatos de Garcia de Resende e de Rui de Pina; tudo isto de acordo com a importância que da parte dos Reis Católicos se atribuía ao casamento de sua filha D. Isabel com o herdeiro do trono português, como patentearam as festas de despedida da princesa, em Sevilha, com um fausto cuja intencionalidade semântica denunciava a importância de que, para os Reis Católicos, se revestia o enlace; aliás, D. Isabel virá a casar-se em segundas núpcias com D. Manuel, de que nascerá D. Miguel, que morreu com dois anos. Note-se que foi o mais prestigiado humanista castelhano da época, António de Nebrija, quem proferiu o discurso de despedida da princesa, onde também é elogiado Cataldo; cfr. RAMALHO, Américo da Costa — *Para a História do Humanismo em Portugal*, II, Lisboa, 1994, p. 19.

<sup>10</sup> A questão das ilhas Malucas veio reavivar, em finais do reinado de D. Manuel, as rivalidades entre os dois países, que o tratado de Alcáçovas em 1479 havia começado a amainar, instituindo uma confiança de que o casamento de D. Afonso em 1491 e o tratado de Tordesilhas em 1494 foram peças fundamentais; os indícios são vários, como o facto de D. João II ter pedido à Câmara de Lisboa que mandasse repicar os sinos para assinalar a conquista de Málaga pelos castelhanos em 1487; cfr. MORENO, Humberto Baquero — *Os confrontos fronteiriços entre D. Afonso V e os Reis Católicos*, «Revista da Faculdade de Letras — História», X, Porto, 1993, p. 115. Mas esta postura tinha paralelo do lado castelhano, pois que a rainha Isabel procurava por todos os meios evitar a colisão com o Príncipe Perfeito; cfr. SUÁREZ FERNÁNDEZ — *art. cit.*, p. 70.

<sup>11</sup> Cfr. MORENO, H. B. — *Os confrontos fronteiriços*, *cit.*

<sup>12</sup> Vid BATAILLON, Marcel — *Études sur Bartolomé de Las Casas*, Paris, 1965, «Plus Oultre: la Cour découvre le Nouveau Monde», p. 101.

Castela, para a qual os meios humanistas a que pertencia Pedro Mártir deram larga contribuição.

Neste quadro, o texto do *De Orbe Nouo* oferece-nos alguns testemunhos que vale a pena destacar no âmbito destas relações e da linguagem que as suportava em termos literários.

Começemos por relembrar a relação que o humanista italiano insinua ao leitor entre a sua vinda para Espanha e a guerra contra os Mouros do reino de Granada. O público da época, nomeadamente o público leitor humanista do texto em latim, identificava facilmente o sentido da referência: desde 1415 o Ocidente peninsular aparecia como oportunidade atractiva para a obtenção do renome cavaleiresco, com a conquista de Ceuta a motivar jovens aventureiros animados pela utopia cavaleiresca reactivada<sup>13</sup>. Ao longo do séc. XV não faltam exemplos dessa reanimação da cavalaria, tanto nas atitudes práticas como nos tratamentos literários e fictícios.

Os tempos da guerra de Granada foram, efectivamente, anos de intensificação apologética castelhana. Quando no Ano Novo de 1492 os Reis Católicos entraram na cidade conquistada, assinalando o fim de uma longa campanha, celebravam, entre outras coisas, a virtude guerreira que a literatura de ficção vinha alimentando com narrativas de filiação arturiana. Basta ver o prólogo de Garci Rodríguez de Montalvo à sua versão do *Amadis de Gaula*, cuja impressão em 1508 dará início a uma série de êxitos de leitura por largo espaço. Aí se faz a apologia da cavalaria como actividade e virtude imprescindíveis à defesa da fé e à elevação da cortesia. A ideia reforçava a moda dos feitos de cavalaria nos confrontos contra o infiel e será em Portugal, nos finais do reinado de D. Manuel, aproveitada para trave mestra da pseudo-histórica *Crónica do Imperador Clarimundo*<sup>14</sup>, cuja genealogia se patenteava numa alegoria iconográfica do rosto da primeira edição, mostrando como, até D. Manuel, a linha central da genealogia dos reis portugueses se enraizava na velha tradição da cavalaria combatadora do infiel. E outro sentido não tinha a orientação dada por Duarte Galvão, entusiasta da interpretação tropológica da

---

<sup>13</sup> Cfr. PAVIOT, Jacques — *L'Intégration des Découvertes Portugaises dans les mentalités européennes au XVe siècle*, «Arquivos do Centro Cultural Português», XXXII, Paris, 1993, p. 3s. Também Cataldo anota a presença de cavaleiros estrangeiros nas festas de Évora, em 1490, no seu poema *Verus Salomon, Martinus*; cfr. *Martinho, Verdadeiro Salomão*, ed. de Dulce da Cruz Vieira, com introdução de Américo da Costa Ramalho, Coimbra, 1974, p. 92-94.

<sup>14</sup> Acabado de imprimir no início de 1522, coincide com a intensificação do contencioso entre Portugal e Castela por causa das Malucas. A apologia da dignidade da sequência linhagística da coroa portuguesa pode ter a ver com esse momento. Note-se que a segunda edição desta narrativa pseudo-histórica é de 1555, ou seja, do final do reinado de D. João III.

história do reino, à sua versão da *Crónica de D. Afonso Henriques*<sup>15</sup>. Ora esta crónica do primeiro rei português será escolhida para ser traduzida para latim, mais tarde, pelo infante D. Duarte. Nela se evocava a sucessão dos reis portugueses até D. Manuel, «por nosso Senhor claramente querida, e ordenada [...] segundo seus ocultos Juizos», de que faziam parte «tirar Judeus, e Mouros destes Reinos» e «prosseguir, e obrar por mar, e terra, guerra contra Mouros, em as partes Dafrica», como se, sob o ceptro manuelino, «por vossas mãos se supprisse pelo mundo outra quasi segunda Prégação dos Apostolos, para notificação de nossa Fé, renovada às gentes», de acordo com o «mysterio» anunciado no Evangelho, que a «navegação e conquista» dos portugueses tornara «manifesto», como escrevia o autor na dedicatória a D. Manuel<sup>16</sup>. Esta linguagem podia ler-se de um lado e do outro da fronteira, denunciando uma rivalidade a que a historiografia não foi estranha<sup>17</sup>.

Diante deste panorama, enaltecimento da cavalaria e visionarismo finalista da história do reino são dois vectores fundamentais da interpretação que, de um lado e do outro da fronteira, se procura dar da história de cada reino e, consequentemente, da *dignitas* do respectivo príncipe.

Hoje é conhecida a influência que uma forte crença nos desígnios de um império projectado para o futuro teve em Cristóvão Colombo, a que não foi alheio o contributo de alguns meios universitários de Salamanca<sup>18</sup>. Um dos mais influentes homens nesta matéria era o gramático e historiador António de Nebrija, responsável pelo aproveitamento do tema colhido em

<sup>15</sup> Cfr. AUBIN, Jean — *Duarte de Galvão*, «Arquivos do Centro Cultural Português», IX, Paris, p. 43s.

<sup>16</sup> GALVÃO, Duarte — *Chronica de El-Rei D. Affonso Henriques*, Lisboa, 1906, p. 29-30.

<sup>17</sup> A historiografia portuguesa reflecte, pela sua parte também, os atritos entre as políticas dos dois reinos. E dois pontos de facto assumiam um significado mais evidente: a questão das pretensões ao trono de Castela manifestadas por D. Afonso V e a questão do direito sobre as ilhas Malucas. É nesse quadro que Damião de Góis põe em causa a idoneidade de António de Nebrija, por enfatizar as suspeitas sobre a legitimidade do nascimento de D. Joana, a Beltraneja; cfr. *Chronica do Príncipe Dom Ioam*, Coimbra, 1945, p. 96-97. Cfr. também RECUERO ASTRAY, Manuel — *Visión de Portugal en la historiografía castellana del siglo XV*, «Actas do Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época», I, Porto, 1989, p. 119s.

<sup>18</sup> FRANCISCO RICO — *Il Nuovo Mondo di Nebrija e Colombo. Note sulla geografia umanistica in Spagna e sul contesto intellettuale della scoperta dell'America*, «Vestigia. Studi in Onore di Giuseppe Billanovich», Roma, 1984, p. 576s; TATE, R. B. — *La geografia humanistica y los historiadores del siglo XV*, «Actas del Cuarto Congreso Internacional de Hispanistas», II, Salamanca, 1982, p. 691s. Cfr. também RANGLES, W. G. L. — *La diffusion dans l'Europe du XV<sup>e</sup> siecle des connaissances géographiques dues aux découvertes portugaises*, «La Découverte, le Portugal et l'Europe», Paris, 1990, p. 269s.

Lourenço Valla de que «a língua é companheira do império»<sup>19</sup> e cuja amizade com Anghiera é por ele próprio evocada no prefácio à edição do *De Orbe Nouo*. Do lado português existiram preocupações similares e concorrentes, se bem que pareça não terem atingido as dimensões que conheceram do lado castelhano, como é sensível no tempo de D. João II, quando este procurava transmitir aos meios diplomáticos e humanistas romanos o sentido das iniciativas atlânticas dos portugueses<sup>20</sup>. É o que se pode depreender das duas orações de obediência mandadas apresentar em Roma por D. João II, a de Vasco Fernandes de Lucena diante de Inocêncio VIII, em 1485, e a de D. Fernando de Almeida, perante Alexandre VI, em 1493. Trata-se de dois discursos que assinalam momentos importantes para a política do Príncipe Perfeito para com a vizinha Castela, nas quais se recorre à citação dos mesmos três passos bíblicos: Isaías (LXIII, 11), Ezequiel (XXXIV, 23) e Salmo LXXI, 8, onde se profetiza a difusão da fé por todas as gentes das terras<sup>21</sup>. Não carece ser reforçada a importância de tais anúncios diante da cúria suprema da cristandade, junto da qual as duas coroas peninsulares buscavam apoios que legitimassem os seus pontos de vista quanto ao senhorio dos mares. Basta notar como na correspondência em latim que Cataldo Sículo fez editar em Lisboa no ano de 1500 se alinham 14 cartas dirigidas pelo monarca português a personalidades influentes italianas solicitando acolhimento e protecção para D. Fernando de Almeida, o que revela a enorme importância que D. João II atribuía à embaixada junto de Alexandre VI recém-eleito<sup>22</sup>.

<sup>19</sup> Cfr. ASENSIO, Eugenio — *Estudios Portugueses*, Paris, 1974, «La lengua compañera del imperio. Historia de una idea de Nebrija en España y Portugal», p. 1s.

<sup>20</sup> Uma das notas mais evidentes da orientação de D. João II é de facto proteger as navegações ao longo das costas africanas, a sul da Guiné, em defesa do acesso pelo sul à Índia. Há também que ter em conta uma linha de força da política joanina, caracterizada por alguma intencionalidade «imperial»; cfr. THOMAZ, Luís Filipe — *O Projecto Imperial Joanino (Tentativa de interpretação global da política ultramarina de D. João II)*, «Actas do Congresso Bartolomeu Dias e a sua Época», Vol. I, «D. João II e a Política Quatrocentista», Porto, 1989, p. 81.

<sup>21</sup> O recurso aos Profetas do *Velho Testamento* estava consolidado nos meios que Colombo frequentou e informava a literatura de viagens; cfr. VASOLI, Cesare — *Colomb et le voyage «prophétique»*, «Voyager à la Renaissance», ed. de Jean-Claude Margolin, Paris, 1987, p. 37s.

<sup>22</sup> Cujá parcialidade por Castela era conhecida. Sobre a matéria, MATEOS, Francisco — *Bulas portuguesas e españolas sobre descubrimientos geográficos*, «Actas do Congresso Internacional der História dos Descobrimientos», III, Lisboa, 1961, p. 327s; COIMBRA, Carlos — *Os objectivos portugueses do Tratado de Tordesilhas*, «Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros», II, Coimbra, 1965, p. 199s.



Nestes discursos torna-se patente a vontade portuguesa de enquadrar, na própria história do reino, as iniciativas actuais ao longo da costa africana, em direcção a um Oriente dominado pelo infiel. Tal ideia é propositadamente explicitada na *oratio* do Dr. Vasco Fernandes de Lucena, ao evocar todos os lugares-comuns da propaganda oficial portuguesa, desde a Lusitânia, passando por D. Afonso Henriques, Ourique, Salado, até às campanhas africanas de D. Afonso V, recordando que mesmo D. João II, quando príncipe, insistira em participar na guerra em África<sup>23</sup>.

É neste contexto que devemos ler o que Anghiera deixou opinado sobre Portugal, certamente na perspectiva castelhana, no seu *De Orbe Nouo*. São essencialmente dois os tipos de argumentos utilizados: um de natureza mais filológica, segundo a tradição humanista; outro de natureza mais historiográfica.

O primeiro toma a forma de uma nota histórico-filológica e diz respeito ao sentido a atribuir ao citado termo «Lusitania». Sucede isso no capítulo VII da *Década II*, de 1514 e dedicada a Leão X, onde o autor se demora a exprimir a sua animosidade contra «um tal Luís Cadamosto», que diz «cronista das coisas portuguesas» e que acusa de se ter aproveitado da sua primeira *Década*, impressa à revelia em 1511, para se apresentar como profundo conhecedor presencial de factos relacionados com os castelhanos. A ironia do passo é indisfarçável na referência aos achamentos portugueses na costa africana, que vêm caracterizados como «sem dúvida admiráveis»<sup>24</sup>. A ênfase no «quidem» é por demais transparente. Aí já se faz uma alusão ao diferendo surgido entre Fernando de Castela e D. Manuel de Portugal acerca das ilhas

---

<sup>23</sup> Textos disponíveis em diversas reproduções; com tradução portuguesa de Miguel Pinto de Meneses, Lisboa, 1988. E Cataldo recorrerá à comparação de D. João II com Alexandre — uma analogia que a literatura epicizante portuguesa gostará de utilizar — sublinhando o facto de ter participado nas campanhas africanas (*Epistolae*, «Oratio» de 1490, fo. aiii v<sup>o</sup>). Mais do que isto no seu poema épico *Arcitinge*, sobre a tomada de Arzila e de Tânger, Cataldo sublinha a insistência de D. João II em participar nessa campanha; cfr. RAMALHO, Américo da Costa — *Latim Renascentista em Portugal*, Coimbra, 1985, p. 67s. É provável que Cataldo tivesse começado a escrever este poema ainda antes de vir para Portugal; cfr. RAMALHO, A. C. — *Para a História do Humanismo em Portugal*, II, Lisboa, 1994, «Uma carta de Cataldo a D. João II», p. 35. Sobre relação de Cataldo e a literatura humanista respeitante às explorações marítimas, cfr. também MATOS, Luís de — *L'Expansion Portugaise dans la Littérature Latine de la Renaissance*, Lisboa, 1991, p. 82s. Para um enquadramento da política joanina sobre esta problemática, cfr. também SOUSA, Armindo de — *O Parlamento na época de D. João II*, in «Actas do Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época», vol. I, 1989, p. 231ss.

<sup>24</sup> Fo. xxxi r<sup>o</sup>: «De Portugalensium inuentis, quae quidem admiranda sunt».

a oriente da Malaca. Não se evidencia ainda a animosidade do italiano contra o reino português, mas discute-se, como aliás fazia Lúcio Marineu, a legitimidade de os portugueses identificarem «Portugal» com a «Lusitania»:

«Dico Portugalliae, non Lusitaniae, uti multos audio literarum non ignaros, qui falluntur non mediocriter. Nam si est Lusitania, quam egregii Cosmographi Ana et Duria fluminibus includunt, quota est portio Lusitaniae Portugallia?»<sup>25</sup>.

A questão incidia directamente num dos argumentos que o lado português mais acarinhara: a identidade de Portugal com a antiga Lusitânia<sup>26</sup>. No discurso que preparara para declamar diante de Carlos, rei de França, Cataldo evocara uma etimologia «ad hoc», segundo a qual Portugal proviria de «portus» e «gallie», «facta in compositione vnus litterae detrattione»<sup>27</sup>, mas sublinhando que «Nam portugalía: quam vero et latino vocabulo lusitania nuncupatur». A literatura oficial portuguesa esforçar-se-á, ao longo dos tempos<sup>28</sup>, por acentuar a legitimidade desta sinonímia. Claramente a proclama João de Barros, logo na abertura da *Década I da Ásia*, ao referir-se às origens do reino e ao «dote» que Afonso VI de Castela dera a sua filha D. Teresa,

---

<sup>25</sup> *Década II*, cap. VII, fo. xxxiii r<sup>o</sup>. O passo vem na sequência de uma consideração de Anghiera sobre o Cabo da Boa Esperança, que alguns identificavam com a «Latissime extensa Agisymba» de Ptolomeu.

<sup>26</sup> Aliás em sentido ambivalente: por um lado a identidade do reino com um passado marcado pela presença dos Romanos e da sua cultura, cujas ruínas e inscrições André de Resende e Miguel Leitão de Andrada, por ex., valorizaram; por outro como fonte de referências de virtudes antigas, numa linguagem moralizante que teve em Sá de Miranda o principal cultor. Mas desde o séc. XII-XIII a literatura «oficial» portuguesa procurou dar força ao argumento de que o território do reino português se identificava, nos tempos cristãos, com o da antiga «Lusitania» romana. É o que sucede na gesta hagiográfica sobre S. Vicente de Lisboa e seus milagres; cfr. NASCIMENTO, Aires Augusto; GOMES, Saul António — *S. Vicente de Lisboa e seus milagres medievais*, Lisboa, Edições Didaskalia, 1988, p. 28-29.

<sup>27</sup> *Epistolae*, fo. eii v<sup>o</sup>.

<sup>28</sup> Por exemplo, a proliferação de defesas das coincidências geográfico-históricas entre Portugal e Lusitânia em autores de finais do séc. XVI e ao longo do seguinte, certamente em relação com a discussão dos direitos do reino face à integração na coroa castelhana após 1580. Além do poema camoniano, são os casos de Fr. Bernardo de Brito, de Duarte Nunes de Leão, de Fr. Francisco de Sousa Macedo; mas em boa medida, o ponto de partida está em André de Resende (cfr. SOUSA, Ivo Carneiro de — *André de Resende e a História da Antiguidade da Cidade de Évora*, Porto, 1993).

para o casamento com o Conde D. Henrique: «e en dóte, todalas terras q(ue) naquelle tempo eram tomadas aos mouros nesta parte da Lusitania que óra é reyno de Portugal»<sup>29</sup>.

Face a estas pretensões de os portugueses se apropriarem de um passado dignificado pela antiguidade romana, a pergunta de Anghiera inclui uma depreciação menosprezadora e polémica, reforçada pelo facto de, num passo mais à frente, no final do cap. X da *Década VI*<sup>30</sup>, proceder à listagem enumerativa — e por consequência enfatizadora — das cidades da «Lusitania» situadas em território da actual Castela...<sup>31</sup>, insinuando, por conseguinte, a ilegitimidade das pretensões portuguesas.

Não se trata, pois, de um aspecto menor, no imenso esforço erudito que os monarcas de ambos os lados procuram sustentar no sentido de reforçarem a legitimidade «linhagística» dos seus reinos nas «antiguidades» remotas, por definição anteriores à dominação muçulmana<sup>32</sup>. Nestas circunstâncias, é bem significativo que Pedro Mártir nunca utilize o termo «Lusitani» no *De Orbe*

<sup>29</sup> *Década I*, p. 8, Liv. I, cap. I. E no *Panegirico de D. João III* os Lusitanos opositores a Sertório são identificados com «a gente portuguesa»; cfr. *Panegiricos*, ed. de Rodrigues Lapa, Lisboa, 1937, p. 35. É também por esta altura que Sá de Miranda divulga a sua concepção do reino português centrado sob a autoridade de um único rei, na continuação da antiga Lusitânia e da moral dos bons velhos tempos de Viriato, como se proclama na *Carta a D. João III*.

<sup>30</sup> Um ponto que o leitor do exemplar do Porto anotará com remissão para a *Monarquia Lusitana*, Liv. I.

<sup>31</sup> Como se verá mais adiante, a argumentação depreciativa fundamenta-se também na ênfase da pequenez do reino de Portugal, desde as suas origens, e na sua dependência face ao de Castela.

<sup>32</sup> A argumentação em torno desta problemática socorria-se com a vontade de dados cujo rigor histórico era duvidoso. A historiografia humanista não era só o relato dos acontecimentos inscritos no passado histórico, mas também com alguma frequência a exposição justificadora de pontos de vista que o apelo ao saber histórico e literário permitia legitimar; cfr. TATE, Robert B. — *Ensayos sobre la historiografía peninsular del siglo XV*, Madrid, 1970, em especial p. 24s. O humanista Pedro Mártir, investido concomitantemente nas funções de apologista da coroa castelhana, não se esquece de registar no seu texto latino as pseudo-autoridades antigas que favoreciam a argumentação dos monarcas a quem servia. É o que sucede com a identificação das ilhas de Cabo Verde com as «Gorgones» dos antigos cosmógrafos, que os castelhanos utilizavam na polémica sobre a localização das mesmas: ou então com o Cabo da Boa Esperança, que os Reis Católicos indentificavam, em 1493, com a «Latissime extensa Agisymba» de Ptolomeu, para lançarem dúvidas sobre a possibilidade de o extermo sul de África poder ser contornado por mar; cfr. COIMBRA, Carlos — *Os objectivos portugueses do Tratado de Tordesilhas*, «Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros», II, Coimbra, 1965, p. 205.

*Nouo*, empregando sempre «Portugalensis» e, mais particularmente no final da obra, «Portugalicus»<sup>33</sup>.

O outro ponto, muito mais hostilizador para o lado português ocorre no final da obra, quando o autor procura suscitar no leitor uma adesão mais emotiva — mas com algum ingrediente épico — à causa castelhana activada pelo regresso a Sevilha da nau «Victoria», restante da armada de Magalhães partida três anos antes. E como a enunciação de tal juízo surge precisamente no fim do texto e da obra, a sua força podia aparecer reforçada por essa circunstância<sup>34</sup>.

Anghiera conheceu, conforme o indica claramente no final, o relato sobre as aventuras da «Victoria» apresentado a Fernando de Castela, que tanto entusiasmo havia posto na iniciativa de Magalhães. O humanista parte do ponto de vista de que as ilhas Malucas pertenciam, por virtude do tratado de Tordesilhas, à coroa castelhana e que a viagem de Magalhães mais não fora do que a confirmação de tal evidência. Por isso, e contra as advertências portuguesas, de que Barros se faz eco na *Década III*, considera que a oposição encontrada pelos castelhanos nessas paragens se inscrevia numa atitude ilegítima por parte dos portugueses, mais a mais que houve recurso à força armada. Daí a atribuir aos portugueses toda a responsabilidade dos males por que passaram os castelhanos ia um passo pequeno, que Pedro Mártir deu sem dificuldade. Em consequência, a sua versão está orientada mais para uma *vituperatio* contra os «Portugalenses» do que para o cuidado da objectivi-

---

<sup>33</sup> A este propósito, pode parecer estranho que Barros não comente esta contestação. Na *Década I* refere-se, em dois momentos, a um volume intitulado «Nouus orbis»; no entanto, tendo em consideração que o contexto em que este título nos surge, não se pode entendê-lo como respeitante à obra de Pedro Mártir, mas ao primeiro volume da grande compilação de textos sobre navegações e viagens que Giovanni Battista Ramusio começava a publicar. Na primeira ocorrência, cap. viii do Livro V, fala de «hum summario que está jncorporado em hum volume em lingoa latina jntitulado Nouus orbis: onde andam algumas das nössas nauegações, escriptas nam como ellas merecem & o caso passou»; no segundo caso, cap. iiiii do Livro X, ao falar do *Itinerário* de Varthema, escreve que «depois se tresladou em latim & anda encorporádo em hum volumme jintituládo Nouus Orbis» (*Década I*, p. 199, 389). Efectivamente, o «tratado» de Varthema foi publicado por Ramusio no vol. I das *Navigazioni e viaggi*, saído em 1550, embora desde 1510 circulasse impresso em italiano e desde 1511 em latim. No entanto, o «sumário» a que alude Barros (p. 199), a propósito do relato da viagem de Pedro Álvares Cabral à Índia e da de Afonso de Albuquerque, deve dizer respeito ao volume de Johan Huttich, publicado com o título *Novus Orbis Regionum ac Insularum veteribus incognitarum*, em 1532. Os três volumes das *Navigazioni e viaggi* saem entre 1550 e 1559. Cfr. a edição em seis volumes de Marica Milanesi, Turim, 1978-1988.

<sup>34</sup> Também a este propósito, Barros não reagiu, quando, na *Década III*, narrou os sucessos da passagem da armada de Magalhães pelo Bornéu e pelas Malucas.

dade. E não seria difícil ao autor confirmar os acontecimentos, através dos vários relatos e documentos que se espalharam rapidamente pela Europa sobre esta viagem.

A sua versão selecciona concretamente dois factos que lhe servem de exemplos significativos: a atitude dos portugueses para com a «Victoria», quando passou por Cabo Verde, onde a tripulação fizera paragem para se abastecer e onde, descoberta a sua proveniência, foi obrigada a abandonar treze elementos que se encontravam em terra; a atitude dos portugueses para com a tripulação da «Trinidad», quando esta nau, depois de haver ensaiado o regresso pelo Pacífico, teve de retroceder e pedir-lhes auxílio.

Em ambos os casos o discurso e Anghiera enfatiza os elementos condenatórios dos portugueses, mediante um léxico denotador da violência, da prepotência, da injustiça e da crueldade. Assim, no relativo ao primeiro caso Pedro Mártir omite os cuidados dos castelhanos em esconderem a sua identidade em Cabo Verde, sabendo da vigilância que estava a ser feita na rota da Índia desde que Magalhães partira de Sevilha:

«Ibi [em Cabo Verde] Portugalenses sui regis ministri, qui oculum sibi dextrum erutum iri arbitrantur, si aromatum princeps alius proventus assequatur: scapham et ministros contra foedera inita ab initio diuisionis, ab Alexandro Pontifice sexto sancitae, praehenderunt; tentasseque regios Hesperidum magistratus, nauim ipsam capere, quod factu facile fuisset. Sed intellecto sociorum euentu, nautae priusquam suas Portugalensium praepararent naues congressiuas, erutis anchoris, aufugisse aiunt se, relictis in Portugalensium potestate terdecim sociis, ex vno et triginta quos aduehebant de sexaginta ex Maluchis nauim ingressis, dimissos tamen remiserunt Portugalenses sui regis mandato.»<sup>35</sup>

É então que a «Victoria» é equiparada à nau dos Argonautas, numa imagem utilizada também na *Epístola* de Maximiliano Transilvano, secretário de Carlos V, enviada de Valladolid em Outubro de 1522<sup>36</sup> e onde se apela para a mesma referência clássica:

«Nauis Argonautica dicat, quam sine rubore ac derisu suspitiose fabulantur in coelum esse relatam: quid nam effecit? Si quid ista egerit pensitauerimus ex urbe Argo in pontum ad Oeten et Medeam progressa,

---

<sup>35</sup> *Década V*, cap. VII, fo. lxxx r<sup>o</sup>.

<sup>36</sup> A carta foi publicada por Ramusio em 1550 no vol. I das suas *Navigazioni e viaggi*.

cum suis sororibus Hercule, Theseo, Iasone, nescio quid egerit, ad huc ignotum gentibus est, quid fuerit vellus illud aureum, quae vero sit ex Graecia in pontum itineris intercapedo [sic] apud grammaticulos pueri didicerunt. Vngue gigantio multo minor est ea distantia.»<sup>37</sup>

No segundo caso Anghiera apresenta uma inversão dos acontecimentos, escondendo aspectos claramente desfavoráveis à perspectiva castelhana e à dimensão epicizante que o autor busca dar da viagem. É o momento em que a parte da tripulação que ficou com a «Trinidade» se vê obrigada a pedir auxílio aos portugueses, dado o estado em que se encontravam a nau e os seus marinheiros:

«cum viris septem et quinquaginta, quos praeter magistratus nominibus propriis nuncupatos habeo e computatorum libris harum negociationum extractos. Nauis ea resarcita gariophilis et gemmis quibusdam onusta reuertebatur, in Portugalicam incidit classem, deprehensam coepit et in Malucham creditam Chersonesum auream, traxit victam, raptavit Portugalicus praefectus, nomine Georgius de Brito maritimus, quicquid era in ea. Sed miserandum dictu est, quod huius nauis nautis acciderit, tanta fuit contra eos maris ira, vt perpetuis fluctibus agitati fame vigiliisque fere omnes perierint. Capta naui Tinitate, praefectus ille Portugalicus Maluchas nostras insulas adiisse dicitur et in una illarum, quae septem sunt, arce [sic] construxisse, quicquid mercium negociationis causa in insulis erat relictum, rapuit vna.»<sup>38</sup>

Encontramos aqui um dos momentos mais violentos do tratado de Pedro Anghiera contra os portugueses. Vale a pena atentar um pouco nele, até por causa da versão dos acontecimentos nele contida, que não coincide com a das outras fontes.

O procedimento argumentativo do autor começa por introduzir a referência às fontes documentais de onde recolheu os dados para a sua versão. Com isso, o leitor devia ficar preparado para a passagem ao relato ou *narratio* breve, conforme a retórica antiga aconselhava em tais circunstâncias, dos sucessos, o qual desembocaria na condenação dos responsáveis pela desgraça de que os súbditos da coroa castelhana foram vítimas. A estruturação persua-

---

<sup>37</sup> *Década V*, cap. VII, fo. lxxix v<sup>o</sup>.

<sup>38</sup> *Década VIII*, cap. X, fo. cxvii r<sup>o</sup>.

siva do passo é de tal forma evidente que há que considerar este final do *De Orbe Nouo* como uma verdadeira diatribe contra Portugal.

A *Década VIII*, de que este passo faz parte, foi escrita já no final da vida de Pedro Mártir, quando a questão das ilhas Malucas tinha reavivado o contencioso entre as duas coroas. Barros, que fornece uma versão mais coincidente com as restantes fontes, evoca os esforços que a diplomacia portuguesa desencadeara junto de Fernando de Castela para impedir a partida de Magalhães, em vésperas do terceiro casamento com uma infanta castelhana, D. Leonor. A importância do matrimónio régio como forma de garantia do acordo internacional é por ele sublinhada, numa perspectiva comum à historiografia humanista<sup>39</sup>. Assim, depois de acentuar a atracção de Fernando pelo projecto de Magalhães, escreve:

«As quais vodas, por serem nesta conjunção, parece que trocaram a ordem de tôdaldas dos príncipes, porque as mais das pazes que se entre êles fazem, passadas muitas diferenças, guerras e contendas, a paz destas cousas se remata per casamentos à maneira de comédias; e êste casamento e nova liança del-Rei D. Manuel, por guardar o decôro das reais pessoas com que se tratava e fazia, houve-se mais respeito ao modo que à cousa e causa de tanto parentesco, porque teve o princípio no fim das tragédias, que acabam em trabalhos e desgostos, como daqui procederam. Porque o interêsse é tam próprio de si mesmo, que, como faz assento no ânimo de alguém, poucas vezes dá lugar a outras rezões, por mui conjuntas e obrigatórias que sejam»<sup>40</sup>.

Só em 1529, já depois do casamento de D. João III com a irmã de Carlos V, D. Catarina, o entendimento voltou a estabelecer-se entre os dois reinos quanto à questão das Malucas. Mas quando Anghiera escrevia a sua última *Década*, em 1525, o atrito estava no auge e talvez daí a animosidade que transparece, certamente segundo a vontade oficial, contra os portugueses.

Isso é visível na manipulação dos dados tal como são apresentados por Pedro Mártir, fundado na autoridade das fontes a que diz recorrer. Note-se,

---

<sup>39</sup> Neste aspecto convergiam a política e a doutrina humanista. A preocupação em assegurar a possibilidade de uma sucessão dinástica que pudesse vir a permitir a união das duas coroas peninsulares é óbvia nas relações entre os dois países desde finais do séc. XV.

<sup>40</sup> *Década III*, p. 285-286.

porém, que se enfatizam, no passo citado, as marcas de animosidade, patenteadas no uso do vocábulo «Portugalicus», em vez de «Portugalenses», que seria mais esperado em latim renascentista<sup>41</sup>. O sufixo da primeira forma comporta uma dimensão depreciativa, que o próprio contexto ajuda a intensificar. Além disso, o «praefectus» português a quem Anghiera atribui o acto de aprisionamento e de rapina da «Trinidad» não se chamava Jorge de Brito, mas António de Brito, que se preparava para construir de facto em Ternate uma fortaleza portuguesa<sup>42</sup>. Só que, para o apologista castelhano, as Malucas eram «nostras insulas»...

Lendo João de Barros e outros relatos da viagem da armada castelhana, vê-se que as coisas se passaram de forma distinta da que Anghiera apresenta ao leitor europeu, na versão latina do seu texto. Barros estava mesmo bem colocado para o fazer, visto que dispôs de informações como as de Duarte de Resende, ainda parente seu, por cuja personalidade cultural mostrou apreço, ao dedicar-lhe a *Ropica Pnefma*<sup>43</sup>. A versão desses testemunhos diverge da de Anghiera. Assim, os tripulantes da «Trinidad», não podendo fazer a viagem de retorno pelo caminho do Pacífico, viram-se obrigados a voltar atrás, aceitando o auxílio dos portugueses, dado o estado em que barcos e tripulação se encontravam. Não é só Duarte de Resende que o informou, mas também a carta de António de Brito para D. João III sobre o caso<sup>44</sup>.

---

<sup>41</sup> No texto latino de Anghiera, «Portugalicus» tem como pressuposta a figura do rei de Portugal, enquanto «Portugalenses» se refere aos habitantes do reino. Na moderna tradução para espanhol do *De Orbe Nouo*, da autoria de Edmondo O'Gorman (México, 1964), não se põe em evidência a insinuação distintiva dos termos latinos.

<sup>42</sup> Na realidade, Jorge de Brito era irmão de António de Brito e comandava uma armada com 300 soldados portugueses que de Cochim se dirigia para as ilhas Malucas. No porto de Achem caiu numa cilada e foi morto, pelo que António de Brito foi aceite como capitão da frota; cfr. Góis, Damião de — *Crónica do Felicíssimo rei D. Manuel*, ed. de Teixeira de Carvalho e David Lopes, Parte IV, Coimbra, 1926, p. 158. No entanto, António de Brito devia ter fama de homem violento, porque por suas própria mãos decapitou um português, João de Lourosa, acusado de fornecer informações aos tripulantes da armada castelhana...

<sup>43</sup> Duarte de Resende traduziu para português o *De Amicitia* de Cícero, que apareceu numa edição de Germão Galharde, em 1531, impressor que no ano seguinte acabará a *Ropica Pnefma* do mesmo Barros.

<sup>44</sup> Cfr. BARROS — *Década III*, p. 296. O relatório de António de Brito pode ler-se, com outros textos relativos à viagem da armada de Fernão de Magalhães, in *Fernão de Magalhães. A primeira viagem à volta do mundo contada pelos que nela participaram*, prefácio e notas de Neves Águas, Lisboa, 1986, p. 313s.



É certo que por duas vezes os portugueses haviam tentado interceptar os barcos castelhanos nas águas das Malucas. Se a nau «Victoria» conseguiu evitá-los, já a «Trinidad» acabou por ser socorrida pela armada de D. Garcia de Meneses, que trouxe para a Índia os tripulantes que quiseram encetar o regresso até Lisboa<sup>45</sup>, como foi o caso de Gonçalo Gomes de Espinosa; este chegou a Lisboa em 1526, segundo Barros, que afirma que dele obteve «alguns papéis que lhe achei, entre os quais foi um livro feito por êle de tôda aquela sua viagem; e assi, houve outros papéis e livros que Duarte de Rêsende, feitor de Maluco, recolheu do astrólogo Andrés de San Martin»<sup>46</sup>.

Ora não consta que o aprisionamento da «Trinidad» se tivesse revestido da violência que Anghiera procura inculcar no leitor. No texto de Barros, é o capitão da nau, Gonçalo Gomes, quem manda ao escrivão Bartolomeu Sanches redigir um pedido de «misericórdia» pelo estado em que se encontrava. António de Brito envia a ajuda solicitada, com Duarte de Resende, que impediu que o governador nativo de Ternate exercesse atrocidades sobre a tripulação depauperada da «Trinidad»<sup>47</sup>.

Anghiera procura inscrever as adversidades que atribui aos portugueses no conjunto das desgraças que os marinheiros ao serviço de Castela haviam sofrido, insinuando uma certa dimensão épica, que sobressai claramente na comparação atrás referida da «Victoria» à «Argonautica nauis»<sup>48</sup>.

---

<sup>45</sup> Cfr. o relato conservado no manuscrito de Leida: VALIÈRE, Pierre — *Le voyage de Magellan raconté par un homme qui fut en sa compagnie*, Paris, 1976, p. 143.

<sup>46</sup> Cfr. *Década III*, p. 297.

<sup>47</sup> *Década III*, p. 296. Também Damião de Góis (*Crónica cit.*, p. 87) se apoia nesta versão, colhida em Barros.

<sup>48</sup> Se bem que a força de atracção do interesse do leitor e da sua adesão às justificações castelhanas girasse fundamentalmente em torno das novidades trazidas por Colombo, Pedro Mártir não se esquivava a estimular a evocação de referências-modelo clássicas; sucede isso com a alusão epicizante à «nauis Argonautica», facilmente evocável para um leitor letrado do humanismo. Mas noutros momentos a mesma dimensão épica emerge, como na *Década II*, cap. VII, a propósito de Isabel Bobadilha, a mulher de Pedro Arias, ter feito questão de seguir o marido para as terras da aventura e do perigo: Anghiera evoca o exemplo de heroísmo feminino o de Ipsicratia e Mitridates, se bem que podia também ter em mente o de Panteia e Abradatas no Livro VI da *Ciropedia* de Xenofonte (fo. xxxi r<sup>o</sup>). Mas talvez seja no cap. vii da *Década III* que mais se destaque o cuidado em sugerir ao leitor o apelo aos modelos clássicos, ao tratar do povoamento da Espanhola, quando recorda os casos de Dárdano, Teucro e Dido (fo. xlviij r<sup>o</sup>).

Mas neste ponto, como em outros anteriores, observa-se o silêncio de João de Barros sobre as considerações do humanista milanês<sup>49</sup>. Em vez disso, ocupa-se em evidenciar a demonstração dos erros de cálculo a partir dos registos feitos por Andrés de San Martín ao longo da viagem, documentos esses que chegaram mais tarde a Lisboa e que favoreceram a demonstração dos pontos de vista portugueses<sup>50</sup>. Talvez também por isso a versão latina de Anghiera intensifique a acrimónia contra Portugal à medida que o leitor se aproxima da parte final do livro.

Na Biblioteca Pública Municipal do Porto guarda-se um exemplar da edição de 1530 do *De Orbe Nouo* com anotações que merecem algum interesse. As notas marginais podem ser de um dos nomes de possuidores do exemplar, «Frey Diogo de Carualho»<sup>51</sup>. A letra das anotações manuscritas é de facto idêntica à deste *pertence*; a sua época, que pode ser também uma referência temporal para a leitura suscitadora das mesmas anotações, deve colocar-se após a publicação da *Monarquia Lusitana* de Frei Bernardo de Brito (1597)<sup>52</sup>.

A propósito do passo acima transcrito, onde Anghiera, numa sequência retoricamente elaborada, busca accionar no leitor a repulsa contra os portugueses, o utilizador do exemplar do Porto escreveu à margem: «quod saepius ab Ambrosio vaz guimaranensis lusitanae classis singulari milite audiui»<sup>53</sup>.

Este Ambrósio Vaz deve ter sido um dos trezentos soldados da armada portuguesa que, sob o comando de Jorge de Brito, partiu de Cochim em

---

<sup>49</sup> Como já ficou alvitrado atrás, a explicação deve estar no facto de Barros se ter servido, certamente, da obra de G. Battista Ramusio, *Navigazioni e Viaggi*, em cujo vol. III (1556) se inclui uma síntese ou «sumário» das *Décadas* de Anghiera, para onde são seleccionados os elementos mais interessantes em termos de novidade sobre o «novo orbe» que Colombo dera a conhecer aos europeus. Por isso a parte final do *De Orbe Nouo*, respeitante à viagem de Fernão de Magalhães, não foi aproveitada; por esse motivo também a diatribe antiportuguesa não constava desse «sumário». Será que Barros não conheceu a versão completa das oito décadas de Anghiera (1530)? Será que, se contactou com a obra do italiano, só o fez através da edição de 1516? Ou será que não chegou a poder lê-la? Esta última hipótese parece estranha, não só porque João de Barros se revela um atento manuseador da literatura sobre as navegações portuguesas, mas também porque no cap. II do Livro VIII da *Década I* (p. 293) recorda o nome de Pedro Mártir a propósito do diálogo diplomático entre Fernando o Católico e D. Manuel, sobre as tentativas para suster o envio da armada de Vasco da Gama à Índia; apesar de estranha, é com certeza a hipótese a reter.

<sup>50</sup> Cfr. *Década III*, p. 297-98.

<sup>51</sup> O *pertence* ao cima da folha de rosto está riscado e é indecifrável.

<sup>52</sup> Fo. xc vº, no final de *Déc. VI*, cap. X.

<sup>53</sup> Fo. cxvii rº.

direcção a Maluco, com passagem por Malaca. O intuito era afirmar a autoridade portuguesa sobre aquelas ilhas, mediante a construção de uma fortaleza, tornada urgente depois do conhecimento da partida das naus de Fernão de Magalhães. Jorge de Brito foi morto em Sumatra e António de Brito continuou a empresa. O que o testemunho evocado pelo anotador do exemplar em causa confirmava era o aprisionamento do que restava da armada castelhana: a nau «Trinidad», já que a «Victoria» conseguira antecipar-se à chegada dos portugueses <sup>54</sup>.

A verdade é que a tripulação da «Trinidad» se encontrava tão depauperada que não podia fazer navegar a embarcação. António de Brito envia em auxílio D. Garcia de Meneses com uma armada onde ia também Duarte de Resende. O Ambrósio Vaz de Guimarães a que o autor da marginalia se refere podia ter feito parte desta expedição. É provável que, na tensão sentida naqueles anos, e sabendo-se do alerta que as autoridades portuguesas haviam desencadeado em todas as rotas da Índia e do Oriente quando souberam da partida da armada de Fernão de Magalhães, o testemunho evocado à distância <sup>55</sup> pudesse justificar alguma dramatização dos acontecimentos então vividos. Mas tanto João de Barros como o governador António de Brito coincidem em relatar o estado miserável em que os homens da «Trinidad» se encontravam e a maneira como os portugueses lhes facilitaram o regresso à Península <sup>56</sup>.

Estamos no trecho final do *De Orbe Nouo*, ou seja o fecho do cap. X da *Década VIII*. É aí que Anghiera deixa o passo mais fortemente antiportuguês. Antes de avançar, porém, há que notar que, no momento em que escrevia este passo, ainda os dois monarcas não tinham alcançado um entendimento sobre o diferendo das ilhas Malucas, que virá em 1529 <sup>57</sup>. Escreveu assim Anghiera:

«Quid facturus in re tali sit Caesar [trata-se da apropriação das ilhas Malucas] ambigitur, dissimulaturum arbitrator ego per die aliquot, reiteratae affinitatis causa, quamuis essent uno partu gemelli, durum tamen

---

<sup>54</sup> A matéria era controversa, não só pelos aspectos políticos, como pelo relato que desses sucessos se fez. Damião de Góis opta por não valorizar nenhuma das versões conhecidas; mas não se reporta ao texto de Anghiera, editado trinta anos antes de escrever esta parte da sua *Crónica de D. Manuel* (ed. cit., p. 87).

<sup>55</sup> De facto o Ambrósio Vaz, «miles singularis», deve ter fornecido as suas lembranças ao autor da nota já em idade avançada...

<sup>56</sup> O mesmo quanto a Damião de Góis, como se anotou já.

<sup>57</sup> Repare-se que a edição de 1530 não corrigiu os dados...

esset iniuriosam hancx iacturam praeterisse impunitam, placide primum per oratores tractatum iri rem puto. Sed aliud audio futurum Regi Portugalico non bene sapidum, nequibit Caesar etsi optauit rem dissimulare, mercium nanque illarum domini vt iustitia fiat efflagitabunt, eam hostibus negare inhonestum est, quanto magis proprii ditionariis. Ruinam eius regni venturam ex hisce temerariis rebus veteranos aiunt Portugalenses publicis sermonibus vaticinari, nimis enim superbe Castellanas gentes despiciunt, sine quorum prouentibus fame perirent, cum fuerit regnum illud exile, Castellae quondam Comitatus, prae rabie mandunt spumas Castellani, vellentque vt reducendi regnum illud ad Castellae coronam Caesar niteretur: Rex Philippus Caesaris genitor se facturum aliquando et cogitauit et dixit, tempus sententiam promulgabit» (fo. cxvii v°).

Estas linhas finais do *De Orbe Nouo* deixam transparecer a força com que alguns sectores pressionavam Carlos V, a propósito dos direitos sobre o comércio das Malucas. Note-se o vocábulo «Portugalicus», já referido, aplicado do rei português: ele podia inculcar no leitor — sobretudo no leitor culto europeu do tempo, sensibilizado para a questão da elegância latina — uma nota menos elogiosa, se não até depreciativa, na sua figura «bárbara» de adjectivo formado directamente do termo vulgar «Portugal»<sup>58</sup>. Em contraste, aqueles súbditos do monarca português que manifestavam opiniões concordantes com os pontos de vista castelhanos são valorizados pelo termo «Portugalenses», com um sufixo bem mais clássico.

Mas as marcas depreciativas, se não quase vituperadoras, do segmento final da obra editada em 1530 não se esgotam neste aspecto. O que aí se evidencia é o vaticínio de que o reino português haveria, no futuro, de ser incorporado em Castela. Seria uma maneira de castigar a arrogância portuguesa, tema frequente na caracterização dos portugueses no séc. XVI. De facto, Portugal não passava de um pequeno reino, nascido de um pequeno condado de Castela, dependente, para combater a fome, dos mesmos castelhanos.

---

<sup>58</sup> Convém, entretanto, ter presente que a edição de 1530 das oito *Décadas* do autor milanes inclui no final uma lista de dicções e vocábulos «bárbaros» (é certo que sem remissão de páginas), numa evidente tentativa de actualizar os conhecimentos referidos a novas realidades e no quadro de uma concepção do latim humanista como língua capaz de incorporar dimensões semânticas mais facilmente veiculadas pelas línguas vulgares; isto tem a ver sobretudo com situações toponímicas ou descritivas, como «Baïam Hispanus vocat sinum» (fo. xxxii v°) ou «volucres has Hispani vocant alcatrazes» (fo. c v°).

Anghiera recorre a tópicos que surgem com insistência em testemunhos quinzentistas de autores estrangeiros. Tratava-se de um reino pouco povoado, de baixa produção de riqueza, contrastante com a imagem de grandeza exterior que sobretudo a aristocracia procurava dar de si mesma<sup>59</sup>.

Só em 1529, três anos depois da morte de Pedro Mártir, se alcançou um acordo sobre as Malucas, mas as alusões à opinião de alguns portugueses mais idosos — e por consequência de mais autoridade — discordantes das posições oficiais portuguesas procuravam transmitir uma imagem de fragilidade, que a referência às origens do reino como pequeno e frágil condado de Castela, bem como à sua dependência face ao reino vizinho, ainda mais denegria Portugal perante os leitores do *De Orbe Nouo*.

Ora o utilizador do exemplar do Porto não foi insensível a este desfecho da *Década VIII* do humanista milanês; assim, registou uma nota manuscrita ao lado destas últimas linhas, lembrando a morte de D. Sebastião em 1578 e, portanto, a concretização da profecia deixada na última linha do texto de Anghiera.

De facto, o *De Orbe Nouo*, sendo escrito em latim, facilmente divulgava pela Europa a opinião castelhana não só no relativo ao contencioso sobre as ilhas das Malucas, mas também a ideia, não menos castelhana, de que a união da coroas peninsulares numa só, a de Castela, não estava terminada, o que trazia à superfície um velho problema político entre as duas potências peninsulares. A paz de Alcáçovas, o tratado de Tordesilhas, a prioridade dada aos mecanismos matrimoniais como garantia de um equilíbrio entre as duas coroas não eliminaram as linhas de força que, de um lado e do outro da fronteira, viam na união dinástica a solução imperial para a península ibérica.

---

<sup>59</sup> Sobre isto, cfr. FERNANDES, Raúl Rosado — *La rupture entre le Portugal et l'Europe au XVIe siècle*, «Arquivos», XXXII, *cit.*, p. 59, onde se evocam testemunhos como os de Nicolau Clenardo. Poderiam também chamar-se à colação as anotações de outros observadores, como Tomé Pinheiro da Veiga, com a *Fastigimia*, relativa ao início do séc. XVII, ou Miguel Leitão de Andrada, na *Miscellanea* editada em 1629. A situação do reino no final do séc. XVI fomentou uma maior sensibilidade a estes assuntos; mas já no início do século e em meios internacionais, como aqueles que os humanistas conheciam, os traços fundamentais da sociedade portuguesa eram captados, como na «Relazione de Lunardo Chá Masser», publicada em Roma em 1505, com o título *Copia de vna littera del Re de Portogallo mādada al Re de Castella del viaggio & successo de India* (cfr. CARVALHO, Joaquim de — *Excerpta Bibliographica ex Bibliotheca Columbina*, «Arquivo de História e Bibliografia. 1923-1926», I, Lisboa, 1976, p. 543).

Quando isso acontecer em 1580, anotará Pedro Rodrigues Soares, no seu *Memorial*, a propósito da entrada do exército castelhano em Lisboa, em Agosto desse ano, e das atrocidades por ele cometidas:

«deixo este passo a contemplação do leitor lembrando-lhe o odio q[ue] desde abenço a nação Castelhana teue aos portuguezes e o quão deseiauum uingarse asy[m] da Rota daljubarrtota Como outras m[uitas] q[ue] os portuguezes tinhão feito Contra elles»<sup>60</sup>.

Para este mesmo memorialista, foi uma «tam triste tragicomedia Causada dos naturais não lhe lembrando a obrigassão do nome portugues e de sseus antepassados porque sentendiam ser este Reino de castela porque lho uendiam e se não era seu porque o não defendiam...»; era de facto a «perdisam de purtugal», tema que deu origem a trovas que correram de mão em mão<sup>61</sup>. Nem o acordo de Saragoça, em 1529, sobre os direitos das Malucas, desfez a animosidade castelhana. Mas já meio século antes comentara Garcia de Resende, na trova 36 da sua *Miscelânea*, que entre as «maravilhas» que lhe fora dado «ver», se incluía o facto de, «por quatro vezes», os reinos de Castela e de Portugal terem estado «adjuntados, / por casamentos liados»<sup>62</sup>. Contudo a morte prematura do «príncipe natural» de todos esses casamentos não concretizou a união das coroas:

«todos vijmos fallecer,  
em breue tempo morrer,  
& nehum durou tres annos,  
portugueses, castelhanos  
nõ hos quer deos juntos ver.»<sup>63</sup>

---

<sup>60</sup> SOARES, Pedro Rodrigues — *Memorial*, ed. de M. Lopes de Almeida, I, Coimbra, 1953, p. 182

<sup>61</sup> *Ibidem*, p. 183.

<sup>62</sup> Garcia de Resende refere-se a D. Afonso V, ao príncipe D. Afonso, ao rei D. Manuel, que casará com a viúva e de quem terá D. Miguel, herdeiro presuntivo de ambos os reinos.

<sup>63</sup> RESENDE, Garcia de — *Miscelânea*, ed. de Mendes dos Remédios, p. 16.

Estes versos evocam, na sua economia conclusiva, pontos de vista mais atraentes, com certeza, aos olhos de importantes sectores da nobreza (se bem que não de toda), provavelmente mais sensíveis ao funcionamento dos mecanismos linhagísticos do que a outros motivos. Mas sintetizam, também, o destino das relações entre os dois reinos. Se entre 1580 e 1640 foi possível alcançar a união que, no início do século XVI, alguns consideravam já inevitável, a verdade é que a história, com o longo cortejo de interesses e tradições acumuladas, evidenciou que, afinal, a solução linhagística não era sustentável a prazo.

*Jorge A. Osório*